

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ENFERMAGEM
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PEDAGÓGICA NAS ETSUS**

**A CAPACITAÇÃO PEDAGÓGICA SEMIPRESENCIAL COMO ESTRATÉGIA
FORTALECEDORA DO SABER E DO FAZER PEDAGÓGICO DOS DOCENTES DA
ETSUS/CE**

Francélia Maria Almeida Sales

Fortaleza
2013

Francélia Maria Almeida Sales

**A CAPACITAÇÃO PEDAGÓGICA SEMIPRESENCIAL COMO ESTRATÉGIA
FORTALECEDORA DO SABER E DO FAZER PEDAGÓGICO DOS DOCENTES DA
ETSUS/CE**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas ETSUS – CEGEPE, realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, ETSUS Polo Fortaleza, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Adriane Vieira.

Fortaleza
2013

Ficha de Identificação da Obra
Escola de Enfermagem da UFMG

Sales, Francélia Maria Almeida

A capacitação pedagógica semipresencial como estratégia fortalecedora do saber e do fazer pedagógico dos docentes da ETSUS/CE
[manuscrito] / Francélia Maria Almeida Sales. - 2013.

47 f.

Orientadora: Adriane Vieira

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. ETSUS - Pólo de Fortaleza-CE, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica.

1. Educação Profissional em Saúde Pública. 2. Educação Profissionalizante. 3. Educação em Saúde/métodos. 4. Centros Educacionais de Áreas da Saúde/organização & administração. 5. Capacitação Profissional. I. Vieira, Adriane. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS. III. Título.

Elaborada por Maria Piedade F. Ribeiro Leite – CRB6/601

Francélia Maria Almeida Sales

**A CAPACITAÇÃO PEDAGÓGICA SEMIPRESENCIAL COMO ESTRATÉGIA
FORTALECEDORA DO SABER E DO FAZER PEDAGÓGICO DOS
DOCENTES DA ETSUS/CE**

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS, realizado pela Universidade Federal
de Minas Gerais, ETSUS Pólo Fortaleza/CE.

BANCA EXAMINADORA:


Prof.^ª. Dr.^ª. Adriane Vieira (Orientadora)


Prof.^ª. Dr.^ª. Selme Silqueira de Matos

Data de aprovação: 30 de junho de 2013

Fortaleza - CE
2013

DEDICATÓRIA

A todos àqueles, em especial à minha família que, seja através de um único olhar ou da convivência, me mostraram os caminhos para que eu pudesse crescer e me tornar uma pessoa melhor, caminharam comigo, sempre acreditando na minha capacidade e que, pela presença, pelo sorriso ou pela simples lembrança, me deram coragem e determinação para continuar trilhando alguns caminhos tortuosos, em busca dos meus sonhos.

A palavra obrigada não exprime o quanto vocês se fizeram importantes nessa caminhada.

A vocês, o sonho, o abraço, o beijo, o futuro e um universo de esperança.

AGRADECIMENTOS

A Deus,

Que olhou por mim, com carinho, me permitiu ir e, na volta sempre me recebeu de braços abertos, me acompanhou, me deu forças, me confortou. Diante de tanto amor é que lhe rogo que olhe por mim, dê-me sabedoria e sensibilidade para que eu não me limite a olhar, mas, que eu faça o que me cabe fazer, pois, nenhum de nós veio ao mundo apenas como observador ou juiz.

Aos colegas da Dieps/ETSUS-CE,

Ao longo desses anos temos compartilhados as mesmas angústias e sonhos. Rimos uns dos outros, criticamos e somos criticados, passamos por experiências que nos aprimorou no difícil, porém fecundo exercício da convivência. Jamais me esquecerei de quantas vezes vocês são força, paciência e acalanto.

Minha fome é outra.

Não aquela que abre um buraco negro no estômago - vazio invisível, que da boca algum
alimento lácteo – via esôfago – cessa prontamente até a próxima angustia.

Minha fome é outra.

Não um simples “*estar no mundo*”, como disse Drummond – o universo para mim é pouco.

Minha fome salta como louca labareda intrépida, num incêndio grandioso.

Ela me devorara ainda que eu entregue os pontos: a eternidade é uma tosca linha de partida no
horizonte, a cegar-me o olho.

Sim, minha fome é outra – indigesta, não toca as iguarias da estalagem.

Não tem nome, nem forma, nem nada.

Apenas remove montanhas, ajudando-me a vencer o caminho penoso sem jamais perder de
vista a paisagem.

(*Norte - Flávio Villa Lobos*)

RESUMO

Atualmente, mediante as grandes transformações sociais, científicas e tecnológica, passou-se a exigir um novo modelo de escola, onde o aluno é um elemento ativo num processo que envolve aprendizagem, experimentação e praticas. Nessa perspectiva, defende-se, um novo perfil de professor, capaz de desempenhar um conjunto de funções que vão além da tarefa de “transmitir conteúdos”. Ensinar nessa nova realidade, cada vez mais complexa, traz maior visibilidade aos processos formativos, e conseqüentemente, torna indispensável a revisão permanente dos referidos processos, além de justificar a necessidade da educação continuada para aqueles que se colocaram no ofício da docência. Apesar de cientes do quanto à capacitação pedagógica é importante para os novos professores da Diretoria de Educação Profissional em Saúde (Dieps/ESP-CE), o que se percebe ao analisarmos os relatórios de supervisão, as autoavaliações dos docentes, e por meio de observações e conversas informais com os atuais docentes, é que essa capacitação é realizada de forma fragmentada e individualizada. Embasados nessas afirmações, o projeto que ora se apresenta busca responder ao seguinte questionamento: Que estratégias utilizar para promover uma capacitação pedagógica, tendo como alicerce o comprometimento profissional e a capacitação continuada, na Dieps-ESP? Nesse sentido, defende-se a o uso da capacitação pedagógica à distancia, por entender que esta é uma estratégia adequada, não só para se trabalhar a noção de competência pedagógica, tão em voga na atualidade, mas, também por ir ao encontro de interesses e necessidade dos profissionais docentes e da instituição. É, portanto, objetivo desse projeto de intervenção elaborar um Programa de Formação Pedagógica na modalidade à distância para os docentes dos cursos técnicos desenvolvidos pela Diretoria de Educação Profissional em Saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará. Espera-se ainda, evidenciar e analisar também as características do trabalho interativo e da formação pedagógica na modalidade à distancia, como uma das tendências atuais para capacitação de docentes e como uma via adequada para promover e viabilizar a participação sistemática dos docentes dos cursos técnicos ofertado pela Dieps-ESP/CE. É neste contexto da discussão dos saberes, da prática e da capacitação pedagógica para a Escola de Saúde Pública do Ceará que este estudo se inseriu e se desenvolveu, refletindo sobre a necessidade e importância da capacitação, para os futuros docentes como uma estratégia para o aperfeiçoamento de seu fazer diário.

Palavras-Chaves: Prática Pedagógica. Educação a Distância. Capacitação Pedagógica.

ABSTRACT

Currently, through the major social, scientific and technological, started to require a new model of school where the student is an active element in a process that involves learning, experimentation and practice. From this perspective, it is argued, a new teacher profile, capable of performing a range of functions that go beyond the task of "transmitting content". Teaching in this new reality, increasingly complex, brings greater visibility to the formative processes, and therefore indispensable constant review of these processes, and justify the need for continuing education for those who put themselves in the office of teaching. Although aware of the pedagogical training is as important for new teachers from Directorate of Health Professional Education (Dieps / ESP-EC), which can be seen when analyzing the supervision reports, the self-assessments of teachers, and through observations and informal conversations with current teachers, is that training is conducted in a fragmented and individualized. Based upon these statements, the design herein presented aims to answer the following question: What strategies used to promote a pedagogical qualification, having as basis the professional commitment and ongoing training in Dieps-ESP? Accordingly, defends the use of pedagogical training at a distance, understanding that this is an appropriate strategy, not only to work with the notion of teacher competence, so fashionable today, but also to meet the interests and need for professional teachers and the institution. It is therefore the objective of this project intervention develop a Pedagogical Training Program in distance mode for teachers of technical courses developed by the Directorate of Health Professional Education in the School of Public Health of Ceará. It is hoped, also highlight and analyze the characteristics of interactive work and teacher training in the sport at a distance, as one of the current trends and for training teachers as an appropriate way to promote and facilitate the systematic involvement of teachers of technical courses offered by Dieps-ESP/CE. It is in this context of the discussion of knowledge, practice and pedagogical training for the School of Public Health of Ceará who entered this study and developed, reflecting on the need and importance of training for future teachers as a strategy for improving Do your diary.

Key Words: Pedagogical Practice. Distance Education. Pedagogical Training

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	OBJETIVOS	13
2.1	Geral	13
2.2	Específicos	13
3	REFERENCIAL TEÓRICO	14
3.1	A Educação Profissional no Brasil: Breve Histórico	14
3.1.1	A Educação Profissional em Saúde	17
3.2	A Formação e Atuação do Professor da Educação Profissional	19
3.3	Educação a Distância: Alguns Conceitos	21
3.3.1	A Trajetória da Educação a Distância	22
3.3.2	As Potencialidades e Fragilidades da Educação a Distância	30
4	METODOLOGIA	33
4.1	Cenário da Intervenção	33
4.2	Sujeitos da Intervenção	35
5	PROCEDIMENTOS DA INTERVENÇÃO	36
5.1	Etapas da Intervenção	37
5.2	Monitoramento e Avaliação	40
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Diante do desenvolvimento tecnológico e científico que se tem vivenciado, a sociedade, tem passado por transformações culturais, econômicas e políticas comandadas pela frequente introdução de inovações em produtos e serviços que influenciam todo o contexto social.

Na era da cibernética, da globalização e da informação a sociedade em rede encontra-se interligada por *bits* de informação, o que sem dúvida, proporcionou um grande avanço em todas as áreas, elevando a competitividade, e, por conseguinte, gerando grandes diferenças sociais; criando problemas ambientais e modificando importantes valores que perpassam os campos éticos, políticos, sociais e culturais.

Na área da educação também ocorreram mudanças. Há alguns anos atrás, dentro da visão tradicional, o professor tinha um papel de mero reprodutor dos conhecimentos produzidos por teóricos ou especialistas. As aulas eram vistas como uma tarefa rotineira de transmitir informações, cabendo ao professor, dominar somente o conteúdo da sua disciplina, a fim de repassá-los aos alunos.

Em tempos hodiernos, passou-se a exigir um novo modelo de escola, onde o aluno é um elemento ativo num processo que envolve aprendizagem, experimentação e praticas, e o objetivo das aulas é o desenvolvimento pessoal do educando através da incorporação do conhecimento e principalmente da capacidade de utilizar este conhecimento (FONTANA, 2000).

Nessa perspectiva, defende-se, um novo perfil de professor, capaz de desempenhar um conjunto de funções que vão além da tarefa de “transmitir conteúdos”, ou seja, além de mediar à relação ativa com a disciplina, o professor deve considerar os conhecimentos, a experiência e os significados que os educandos trazem à sala de aula (LIBANEO, 2008).

Diante dessa nova realidade que ora se apresenta os docentes precisam adotar concepções e métodos pedagógicos cada vez mais inovadores e interativos, de forma a promover um processo ensino-aprendizagem que envolva o educando na construção da sua própria aprendizagem, hoje, não mais limitada a aquisição de conhecimentos, mas, ampliada através de habilidade, valores e atitudes que respondam as necessidades do novo mundo do trabalho e a vida em sociedade.

Essa ação é sem dúvida um grande desafio, principalmente se considerarmos não só a dinâmica do trabalho docente, mas, também a realidade histórica da profissionalização

docente, bem como, o fato de se admitir que o magistério seja exercido por um grande contingente de profissionais, sem a qualificação pedagógica mínima necessária.

Pereira (2013) pontua a profissionalização do trabalho docente foi uma resposta às necessidades emergenciais, fruto de uma formação fragmentada de caráter conservador, e muitas vezes distante do método científico, da ciência e da tecnologia.

A fim de contribuir com o profissional, para que esse desempenhe sua prática docente de forma efetiva, e condizente com esse novo tipo de educação, é preciso dar-lhe informações para aliar os conhecimentos adquiridos quando da sua graduação e vivência, independente da sua área de formação, àqueles referentes ao domínio da profissão docente.

É imprescindível priorizar um trabalho, capaz de articular a competência técnica ao saber-fazer pedagógico, inerente à atividade da docência; articular o científico e o tecnológico; entender a prática como práxis, ou seja, compreender a relação entre teoria e prática e fazer desta uma ação transformadora da realidade. Relação essa que, segundo Lima (2001) acontece no processo de ação, reflexão e ação, articulando teoria e prática no fazer docente.

Entender a prática enquanto práxis é assumir a indissolubilidade entre a teoria e a prática, ou seja, é compreender que, na mesma atividade, coexistem as dimensões, teórica e prática da realidade na qual o professor edifica a sua identidade a partir de um movimento de alternância, que se constrói entre o saber e o saber fazer, entre situação de formação e situação de trabalho (SANTOS, 2004).

Importa destacar que, ensinar nessa nova realidade, cada vez mais complexa, traz maior visibilidade aos processos formativos, e conseqüentemente, torna indispensável a revisão permanente dos referidos processos, além de justificar a necessidade da educação continuada para aqueles que se colocaram no ofício da docência.

Pactuando desse pensamento, a Escola de Saúde Pública do Ceará – ESP/CE, desde sua criação no ano de 1993, busca construir novas práticas e um novo Ensino de Saúde Pública no Ceará, ofertando oficinas¹ e capacitações que visam suprir as deficiências resultantes entre o processo de formação dos profissionais, que irão exercer a docência, e sua prática profissional, uma vez que muitos não foram preparados para atuarem como educadores e agentes pedagógicos, capazes de desenvolver práticas educativas que

1 Ainda que ambas sejam entendidas como metodologia de trabalho em grupo, que facilitam a construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercambio de experiências, diferente da capacitação pedagógica a oficina pedagógica exige que seus participantes sejam profissionais razoavelmente estáveis, pois a rotatividade de participantes prejudica a continuidade do trabalho desenvolvido.

possibilitem trabalhar inter e transdisciplinarmente, como forma de responder aos desafios que se expressam no universo do ensino-aprendizagem, no qual a prática pedagógica rica em valores e significados constitui uma das categorias fundamentais da atividade docente.

As oficinas e capacitações que são realizadas, quando da entrada de novos professores (de acordo com a demanda dos projetos que serão executados), objetivam preparar um profissional, afinado com as práticas pedagógicas defendidas pela instituição, ou seja, operacionalizar um método de ensino problematizador, voltado para a solução de problemas, quer no ensino quer na pesquisa, com o objetivo de se ultrapassar a forma existente de tratar as questões do conhecimento e da vida em sociedade, por meio de uma nova ação, subsidiada pela reflexão metódica e informada cientificamente (BERBEL, 1998, p. 32).

Contudo, apesar de cientes do quanto à capacitação pedagógica é importante para os novos professores da Diretoria de Educação Profissional em Saúde (Dieps/ESP-CE), afim de que os mesmos apoderem-se não apenas dos conhecimentos pedagógicos e habilidades necessárias à prática docente, mas, também, aproprie-se da metodologia desenvolvida pela instituição (problematização), o que se percebe ao analisarmos os relatórios de supervisão, as autoavaliações dos docentes, e por meio de observações e conversas informais com os atuais docentes, é que essa capacitação é realizada de forma fragmentada e individualizada, dificultando o acesso a uma gama diversa de manifestações e ideias, além da troca de saberes e experiências entre os profissionais participantes do processo formativo.

Ora, se a capacitação pedagógica dos docentes, é entendida como uma condição importante para a elevação da qualidade do ensino e o modelo atual de capacitação não atende às reais necessidades do profissional docente, é preciso, encontrar uma estratégia de trabalho que atenda a essa expectativa e promova a superação das dificuldades reais vivenciadas, fortalecendo, assim, o processo de trabalho, com vistas à melhoria do ato pedagógico, pois, como bem defende Nóvoa (2000, p. 9) “não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem adequada formação de professores”.

Embasados nessas afirmações, o projeto que ora se apresenta busca responder ao seguinte questionamento: Que estratégias utilizar para promover uma capacitação pedagógica, tendo como alicerce o comprometimento profissional e a capacitação continuada, na Dieps-ESP?

Nesse sentido, defende-se a o uso da capacitação pedagógica a distancia, possibilitada pela mediação dos suportes tecnológicos digitais e de rede, inserida em sistemas de ensino presenciais, mistos ou realizada à distancia (ALVES; NÓVOA, 2003). Entende-se que esta é uma estratégia adequada, não só para se trabalhar a noção de competência pedagógica, tão em

voga na atualidade, mas, também por ir ao encontro de interesses e necessidade dos profissionais docentes e da instituição.

Essa modalidade de ensino vem crescendo mundialmente, não só por possuir uma concepção de processo de ensino e aprendizagem que foge à perspectiva convencional, mas, por privilegiar fundamentos pedagógicos que podem levar educadores e educandos a refletir acerca dos avanços e da importância de tais recursos para a sociedade contemporânea, contribuindo com a propagação do conhecimento e reflexão sobre as convencionais práticas pedagógicas e educacionais.

A justificativa desta proposta parte da observação ao longo dos sete anos, em que atuo na ESP-CE, inicialmente como docente depois como supervisora pedagógica e atualmente como coordenadora de curso técnico, as dificuldades pedagógicas enfrentadas por professores e supervisores, em função de não terem tido até o momento um preparo específico para atuarem como professor.

A ciência desses problemas em nosso meio instigou-me a trabalhar com essa temática, o que constitui em um grande desafio profissional.

É neste contexto da discussão dos saberes, da prática e da capacitação pedagógica para a Escola de Saúde Pública do Ceará que este estudo se inseriu e se desenvolveu, refletindo sobre a necessidade e importância da capacitação, para os futuros docentes como uma estratégia para o aperfeiçoamento de seu fazer diário.

Este estudo evidenciará e analisará também as características do trabalho interativo e da formação pedagógica na modalidade à distancia, como uma das tendências atuais para capacitação de docentes e como uma via adequada para promover e viabilizar a participação sistemática dos docentes dos cursos técnicos ofertado pela Dieps-ESP/CE.

2 OBJETIVOS

2.1. GERAL

Elaborar um Programa de Formação Pedagógica na modalidade à distância para os docentes dos cursos técnicos desenvolvidos pela Diretoria de Educação Profissional em Saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Os objetivos específicos são:

- ✓ Identificar o perfil dos profissionais a serem trabalhadas no processo de capacitação e suas necessidades educacionais;
- ✓ Fomentar nos gestores o reconhecimento acerca da importância da Capacitação Pedagógica;
- ✓ Criar uma matriz de *designs* instrucional geral do ambiente virtual de aprendizagem.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir apresenta-se um histórico da educação profissional no Brasil e discorre-se sobre a Educação Profissional em Saúde. Em seguida, apresenta-se a Educação à Distância, como uma modalidade de ensino e aborda-se como esta pode contribuir para o enfrentamento dos desafios das instituições de ensino, no tocante à capacitação pedagógica de docentes.

3.1. A Educação Profissional no Brasil – breve histórico

A Educação Profissional tem como principal objetivo, a oferta de cursos voltados aos estudantes e profissionais que buscam preparar-se ou ampliar suas qualificações para atuar no mundo do trabalho e busca ainda descobrir com mais clareza sua função e ressignificar constantemente sua tarefa num mundo em permanente processo de mudança (BRASIL, 2007).

Ao se estudar a trajetória da Educação Profissional é possível aferir que esta remonta de longos anos. No Quadro a seguir, traça-se um rápido olhar sobre a história da Educação Profissional no Brasil no decorrer dos anos, nos permite dizer que esta, já assumiu diferentes funções no decorrer de toda a história educacional brasileira.

Ano	Educação Profissional no Brasil
1809	Um decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criou o Colégio das Fábricas, após a suspensão da proibição de funcionamento de indústrias manufatureiras no Brasil;
1909	Decreto-Lei nº 7.566 ² , de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adiestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista em relação à massa trabalhadora. Ocorreu a criação de 19 Escolas de Aprendizizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprimindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população. O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio.
1910	Além das oficinas de carpintaria e artes decorativas das Escolas de Aprendizizes Artífices, foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizizes Artífices.
1930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres.

2 Segundo o Decreto-Lei 7.566, de 1909, era necessário não só capacitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com indispensável preparo técnico intelectual, como também fazer com que adquirissem hábitos de trabalho profícuo, o que os afastaria da ociosidade, escola do vício e do crime, sendo esse um dos deveres do Governo, com vistas a formar cidadãos úteis à Nação (BRASIL, 1909).

Ano	Educação Profissional no Brasil
1931	O Decreto Federal nº 19.890/31 e 21.241/32, na Reforma Francisco Campos, regulamentaram a organização do ensino secundário. Já o Decreto Federal nº 20.158/31 organizou o ensino profissional comercial.
1937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados.
1940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão de obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S ³ .
1942	Decreto-lei nº 4.048, de 22/01/1942 cria o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (S pioneiro). A Reforma de Gustavo Capanema institui as Leis Orgânicas da Educação Nacional; Decreto-lei nº 4.073, de 30/01/1942 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto-lei nº 4.244, de 09/04/1942 – Lei Orgânica do Ensino Secundário.
1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.
1961	A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), garantiu maior flexibilidade na passagem entre o ensino profissionalizante e o secundário, mas a dualidade estrutural ainda persistia.
1971	A Lei Federal nº 5.692/71, que reformula Lei Federal nº 4.024/61, generaliza a profissionalização no ensino médio, na época denominado segundo grau. Institui a profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário, estabelecendo, formalmente, a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos.
1978	A Lei nº 6.545 transforma a Escola Técnica Federal de Minas Gerais, Paraná e do Rio de Janeiro nos três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).
1990	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Nacional do Transporte (SENAT) ⁵ , do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE).
1994	Lei Federal nº 8.948/94 cria o Sistema Nacional de Educação Tecnológica.
1996	A Lei Federal nº 9394/96, atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), configura a identidade do ensino médio como uma etapa de consolidação da educação básica, preparando o educando para o trabalho e a cidadania.
1997	Decreto nº 2.208/97 regulamenta a educação profissional e a separa do ensino médio. Criação do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

³ As escolas do Sistema S são financiadas e geridas pelos empresários por via de recolhimento de 1% sobre a folha de salários e fiscalizadas pelo Poder Público. Representantes dos governos federais e estaduais fazem parte de todos os conselhos deliberativos, e o Tribunal de Contas da União examina a aplicação dos recursos de todo o Sistema S. O modelo do Sistema S espalhou-se rapidamente por toda a América Latina.

Ano	Educação Profissional no Brasil
2003	A antiga SEMTEC/MEC, hoje intitulada SETEC, propõe um processo de debates com a sociedade visando ao aperfeiçoamento da legislação da Educação Profissional e tecnológica: certificação profissional, fontes de financiamento, a institucionalização de um subsistema nacional da Educação Profissional e Tecnológica e implementação do ensino técnico articulado ao ensino médio.
2004	O Decreto Federal nº 5.154 de 23 de julho, revogando o Decreto nº 2.208/97, regulamenta que a Educação Profissional, será desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio (integrado, concomitante ou subsequente) e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.
2008	A Lei Federal nº 11.892 de 29 de dezembro institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Fonte: Adaptado de Wittaczik (2008) e Quevedo (2011).

Até a promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9394/96, a educação profissional esteve agregada ao ensino de 2º grau (atual ensino médio), quando então passou a ter identidade própria, cuja característica marcante é a sua capacidade de integrar-se “às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, com vistas a conduzir o educando “ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

Prevista no artigo 39 da Lei de n.º 9394/96, a educação profissionais observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de: formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL, DECRETO 5.154, de 23 de julho de 2004).

Atualmente, a Educação Profissional não consiste em simples instrumento de política assistencialista nem se resume à simples preparação do indivíduo para execução de determinado conjunto de tarefas. Ao contrário, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Profissional passou a ter significado muito maior: o domínio operacional de determinado fazer, acompanhado da compreensão global do processo produtivo, com apreensão do saber tecnológico, valorização da cultura do trabalho e mobilização dos valores necessários à tomada de decisões, e considerada complementar à Educação Básica, podendo ser desenvolvida em escolas, em instituições especializadas ou no próprio ambiente de trabalho.

A Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, tem como objetivo maior, conduzir o educando ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

[...] profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas (BRASIL, 2007, p. 45).

Nesta perspectiva, concorda-se com Wittaczik (2008) quando diz que, para além do preparo técnico as instituições que ofertam essa modalidade de ensino, devem estar aptas a oferecer ao mercado de trabalho, trabalhadores que, ao mesmo tempo, conheçam as tecnologias utilizadas pelas empresas, quanto apreendam as novas tecnologias que surgem, portanto, tem a responsabilidade de gerar saberes coletivos e flexíveis, sintonizados com as novas bases e novas formas de organização produtiva, fundadas na produção e difusão de inovações de cunho tecnológico, marcam presente no fechamento do século XX e identidade deste novo século.

3.1.1 A Educação Profissional em Saúde

Do ponto de vista legal – a atual Legislação Educacional, conforme prevista no art. 39 da Lei 9.394 e no Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004 –, a educação profissional em saúde compreende a formação inicial ou continuada, a formação técnica média e a formação tecnológica superior.

Ela pode ser realizada em serviços de saúde (formação inicial ou continuada) e em instituições de ensino (formação inicial ou continuada, formação técnica e tecnológica). A formação técnica compreende as formas de ensino integrado, concomitante ou subsequente ao ensino médio. Tanto a formação técnica como a formação tecnológica se organizam atualmente em doze subáreas de formação em saúde, conforme os Referenciais Curriculares Nacionais da área (BRASIL, 2000).

A área profissional saúde diz respeito às ações integradas referentes às necessidades individuais e coletivas, com base em modelo que ultrapasse a ênfase na assistência médico-hospitalar. As ações de saúde se desenvolvem em locais, tais como: centros de saúde, postos de saúde, hospitais gerais e especializados, laboratórios, domicílios, centros comunitários, escolas e outros espaços sociais.

Importante destacar que, conforme Pereira e Ramos (2006), apesar da hegemonia de ideias e práticas de educação profissional que têm como objetivo a adaptação e conformação dos trabalhadores ao existente e ao mercado de trabalho, assim como às necessidades de manutenção e transformação do capital, existem projetos contra hegemônicos que lutam por uma educação e saúde que tenham como finalidade a construção de uma sociedade mais humana e solidária.

A *Educação Profissional em Saúde* no seu viés de transformação afirma a formação *omnilateral* e a *humanização* do trabalhador pelo trabalho. São exemplos, na educação profissional em saúde, a concepção ensino e serviço, desenvolvida pelas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS), e a ‘concepção politécnica’, desenvolvida pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz).

Para atender às necessidades da área de Saúde essas instituições de educação profissional devem,

[...] preparar sua clientela para o pleno exercício de suas funções mentais, cognitivas e socioafetivas, com capacidade de aprender com autonomia e assimilar o crescente número de informações, adquirir novos conhecimentos e habilidades e enfrentar situações inéditas com dinamismo, flexibilidade e criatividade, compreendendo as bases sociais, econômicas, técnicas, tecnológicas e científicas (BRASIL, 2000, p.17-18).

Essas instituições também devem permanecer atentas às novidades e exigências do processo produtivo e oferecer cursos técnicos que preparem profissionais que, inclusive, dependendo da profissão, sejam capazes de dirigir seu próprio negócio, assim como oferecer cursos de especialização técnica que levem à ampliação de seus horizontes.

Nesta perspectiva o Referencial Curricular Nacional da área, recomenda a essas instituições, entre outras ações:

✓ A criação de modelos pedagógicos que reflitam o dia-a-dia do profissional, utilizando laboratórios dotados de aparato tecnológico que esteja em concordância com a atualidade do campo profissional.

✓ A integração do ensino serviço como forma de tornar o processo ensino-aprendizagem aderido à realidade do trabalho.

✓ O estudo e a implantação de estratégias que facilitem a contratação de profissionais efetivamente engajados no trabalho, adequando os esquemas pedagógicos e administrativos convencionais;

✓ A capacitação pedagógica do corpo docente, privilegiando processos pedagógicos crítico reflexivo e participativo que auxiliem os professores a desempenhar o papel de mediadores do processo ensino-aprendizagem (BRASIL, 2000, p.18).

Em síntese, a Educação Profissional de Técnicos de Nível Médio para a Área de Saúde requer uma revisão de paradigmas e pressupostos dessa área profissional, no sentido de atender às demandas geradas pelo mercado hoje.

Nesse sentido, afirma Quevedo (2011) que a Educação Profissional em Saúde continua buscando conquistar seu espaço de atuação e a confiança da sociedade, apresentando-se, na voz de muitos testemunhos, como esperança de formação de pessoas que, mais do que se preparar para uma profissão, por meio dela, conheceram-se sujeitos de sua própria história e da história da humanidade.

3.2 A Formação e Atuação do Professor da Educação Profissional

Segundo Tardif (2002), o saber docente se faz por meio da construção social.

Na realidade, no âmbito dos ofícios e profissões, não creio que se possa falar do saber sem relacioná-lo com os condicionantes e com o contexto do trabalho: o saber é sempre o saber de alguém que trabalha alguma coisa no intuito de realizar um objetivo qualquer. Além disso, o saber não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com sua experiência de vida e com sua história profissional, com suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola (TARDIF, 2002, p. 11).

A colocação do autor nos remete a ideia de que a construção dos saberes de professor está relacionada com o contexto social em que o mesmo vive e efetua sua prática profissional. É um saber intrínseco, inerente à sua identidade, e resultado de suas experiências e relações com o outro, e que, portanto, podem sofrer transformações, uma vez que são construídos e reconstruídos de maneira contínua e coletiva, conforme a sua prática docente.

Reconhecendo a necessidade que permeia os saberes dos professores, enquanto profissional para o desenvolvimento de seu trabalho docente, Tardif (2002, p. 17) apresenta a seguinte consideração:

Em suma, o saber está a serviço do trabalho. Isso significa que as relações dos professores com os saberes nunca são relações estritamente cognitivas: são relações mediadas pelo trabalho que lhes fornece princípios para enfrentar e solucionar situações cotidianas.

A colocação reafirma a ideia de que o professor desenvolve os seus saberes como um fio condutor no e pelo trabalho, os relacionando à sua identidade pessoal e profissional.

Ao dar suas contribuições sobre a importância dos saberes na atuação do professor no ensino, Gauthier *et al.* (1998) apresentam as três associações que são utilizadas para mostrar como o ofício docente e as Ciências do Ensino prejudicam a profissionalização do professor.

A primeira associação, de “ofício sem saberes”, refere-se à falta de uma sistematização de um saber próprio ao professor, pois muitos acreditam que para ser professor, basta ter talento; possuir bom senso; seguir a intuição; ser experiente; ser uma pessoa culta ou conhecer o conteúdo a ser ensinado.

Gauthier *et al.* (1998, p. 28) afirmam: “Embora expressem uma certa realidade, esses enunciados vêm impedir, de forma perversa, a manifestação de saberes profissionais específicos, pois não relacionam a competência à posse de um saber próprio ao ensino”.

A segunda associação, que os autores denominam de “saberes sem ofício”, são saberes produzidos nos centros acadêmicos, sem considerar as condições concretas do exercício do magistério. Gauthier *et al.* (1998, p. 27) destacam: “É como se o saber científico sobre o ensino tivesse sido amputado de seu objeto real: um professor, numa sala de aula, diante de um grupo de alunos que ele deve instruir e educar de acordo com determinados valores”.

A terceira associação refere-se a um “ofício feito de saberes”, visto como desafio a ser enfrentado na profissionalização docente. Gauthier *et al.* (1998, p. 29) afirmam que a profissão docente abrange vários saberes sendo mobilizados pelo professor, como: os saberes disciplinares que se referem ao conhecimento da matéria que o professor precisa conhecer para ensinar os alunos; os saberes curriculares, que dizem respeito aos conhecimentos dos professores sobre os programas de ensino e currículos; os saberes das ciências da educação, que se referem às informações que os professores elaboram, principalmente durante sua formação inicial; os saberes da tradição pedagógica, que constituem em representações sociais construídas sobre o ensino, ao longo do tempo; os saberes experienciais, que se referem aos julgamentos pessoais que são responsáveis pela forma de agir do professor em sala de aula; além do saber da ação pedagógica, que se refere ao mesmo saber experiencial do professor, evidenciando as práticas públicas e por meio das pesquisas.

Como resultado da aquisição desses saberes tem-se a consolidação do trabalho educativo, que é acima de tudo o ato de produzir em cada indivíduo, de forma direta e intencional, elementos que os mesmos necessitam assimilar, para viverem no meio social.

Tal ação consolida o trabalho do educador, como aquele que por educar, precisa saber educar, para tanto, em alguns casos precisa de uma formação que lhe permita dominar os saberes necessários à sua ação docente.

Uma formação que associe os conhecimentos didáticos, os conhecimentos específicos de sua disciplina e o comprometimento com a profissão, pode ser um ótimo instrumento para que o docente desenvolva um processo reflexivo que supere as posturas de acumulação de conhecimento, viabilizando o movimento de incorporação e compreensão de um saber pedagógico que transforme as práticas rotineiras em ações críticas e renovadoras.

É preciso, pois, que as instituições de ensino reconheçam como necessária a formação pedagógica para a docência, sendo um recurso importante para sua preparação, cabendo a estas, portanto, o favorecimento para esse crescimento.

3.3 Educação a Distância: conceitos

Existem vários conceitos de Educação a Distância, e em conformidade com os estudos de Bernardo (2012), destacam-se:

Educação a Distância é uma forma sistematicamente organizada de autoestudo onde o aluno instrui-se a partir do material de estudo que lhe é apresentado, o acompanhamento e a supervisão do sucesso do estudante são levados a cabo por um grupo de professores. Isto é possível através da aplicação de meios de comunicação, capazes de vencer longas distâncias (DOHMEM, 1967).

Educação/ensino a distância é um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, tanto quanto pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para o propósito de reproduzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender (PETERS, 1973).

Ensino a distância pode ser definido como a família de métodos instrucionais onde as ações dos professores são executadas à parte das ações dos alunos, incluindo aquelas situações continuadas que podem ser feitas na presença dos estudantes. Porém, a comunicação entre o professor e o aluno deve ser facilitada por meios impressos, eletrônicos, mecânicos ou outro (MOORE, 1973).

O termo Educação a Distância esconde-se sob várias formas de estudo, nos vários níveis que não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores

presentes com seus alunos nas salas de leitura ou no mesmo local. A Educação a Distância beneficia-se do planejamento, direção e instrução da organização do ensino (HOLMBERG, 1977).

A Educação a Distância, no sentido fundamental da expressão, é o ensino que ocorre quando o ensinante e o aprendente estão separados (no tempo ou no espaço). No sentido que a expressão assume hoje, enfatiza-se mais a distância no espaço e propõe-se que ela seja contornada através do uso de tecnologias de telecomunicação e de transmissão de dados, voz e imagens (incluindo dinâmicas, isto é, televisão ou vídeo). Não é preciso ressaltar que todas essas tecnologias, hoje, convergem para o computador (CHAVES, 1999).

No Brasil, a Educação a Distância tem seu conceito definido oficialmente no Decreto de nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005.

Art. 1º - Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

Importante destacar que essa definição da Educação a Distância complementa-se com o primeiro parágrafo do mesmo artigo, onde é ressaltado que esta deve ter obrigatoriamente momentos presenciais; “A Educação a Distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais” [...] - Art. 1º, § 1º (BRASIL, 2005).

Além dos conceitos explicitados acima, existem outros conceitos, e embora todos apresentem alguns pontos em comum, e cada autor enfatize alguma característica em especial na sua conceitualização, Mugnol (2009) ressalta que essa diversidade tem fomentado a discussão dos pesquisadores da área em torno de alguns termos, como por exemplo: tempo; distância; educação; ensino; entre outros, que estão presentes na maioria das definições.

3.3.1 A Trajetória da Educação a Distância

A Educação a Distância (EAD), modalidade de educação efetivada através do intenso uso de tecnologias de informação e comunicação, através da qual professores e alunos estão separados fisicamente no espaço e/ou no tempo, podendo ou não apresentar momentos presenciais (MORAN, 2012), a partir do início do século XX, tornou-se uma modalidade de

ensino capaz de atender a todos os níveis, incluindo programas formais de ensino, aqueles que oferecem diplomas ou certificados e programas de caráter não formais, cujo objetivo é oferecer capacitação para a melhoria no desenvolvimento das atividades profissionais.

Conforme Mugnol (2009), a forma inicial de oferta dos cursos a distância era a correspondência e tinha como finalidade ampliar a oferta de oportunidades educacionais, permitindo que as camadas sociais menos privilegiadas economicamente pudessem participar do sistema formal de ensino, sobretudo da educação básica, uma vez que as preocupações iniciais da EAD estavam focadas neste nível de ensino e em cursos preparatórios para o trabalho e teve grande impulso com o surgimento do rádio, do telégrafo e do telefone, equipamentos que caracterizaram o início da era dos meios modernos de comunicação.

Tendo como subsídios os estudos de Vasconcelos (2012) e Gouvêa e Oliveira (2006), reunimos a seguir alguns marcos que consolidaram a trajetória da Educação a Distância no mundo, a partir do século XVIII.

✓ 1728 – marco inicial da Educação a Distância: é anunciado um curso pela Gazeta de Boston, na edição de 20 de março, onde o Prof. Caleb Philipps, de *Short Hand*, oferecia material para ensino e tutoria por correspondência. Após iniciativas particulares, tomadas por um longo período e por vários professores, no século XIX a Educação a Distância começa a existir institucionalmente.

✓ 1829 – na Suécia é inaugurado o Instituto Líber Hermondes, que possibilitou a mais de 150.000 pessoas realizarem cursos através da Educação a Distância;

✓ 1840 – na Faculdade *Sir* Isaac Pitman, no Reino Unido, é inaugurada a primeira escola por correspondência na Europa;

✓ 1856 – em Berlim, a Sociedade de Línguas Modernas patrocina os professores Charles Toussaine e Gustav Laugenschied para ensinarem Francês por correspondência;

✓ 1892 – no Departamento de Extensão da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos da América, é criada a Divisão de Ensino por Correspondência para preparação de docentes;

✓ 1922 – iniciam-se cursos por correspondência na União Soviética;

✓ 1935 – o *Japanese National Public Broa-dcasting Service* inicia seus programas escolares pelo rádio, como complemento e enriquecimento da escola oficial;

✓ 1947 – inicia-se a transmissão das aulas de quase todas as matérias literárias da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris, França, por meio da Rádio Sorbonne;

✓ 1948 – na Noruega, é criada a primeira legislação para escolas por correspondência;

✓ 1951 – nasce a Universidade de Sudáfrica, atualmente a única universidade a distância da África, que se dedica exclusivamente a desenvolver cursos nesta modalidade;

✓ 1956 – a *Chicago TV College*, Estados Unidos, inicia a transmissão de programas educativos pela televisão, cuja influência pode notar-se rapidamente em outras universidades do país que não tardaram em criar unidades de ensino a distância, baseadas fundamentalmente na televisão;

✓ 1960 – na Argentina, nasce a Tele Escola Primária do Ministério da Cultura e Educação, que integrava os materiais impressos à televisão e à tutoria;

✓ 1968 – é criada a Universidade do Pacífico Sul, uma universidade regional que pertence a 12 países-ilhas da Oceania;

✓ 1969 – no Reino Unido, é criada a Fundação da Universidade Aberta;

✓ 1970 – criação da Universidade Aberta de Londres, a *Open University*, que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento de métodos e técnicas que serviram para caracterizar os diferentes modelos de EAD existentes. Além disso, contribuiu também para o desenvolvimento de tecnologias que deram mais solidez aos processos educacionais a distância e para a utilização massiva da mídia;

✓ 1971 – a Universidade Aberta Britânica é fundada;

✓ 1972 – na Espanha, é fundada a Universidade Nacional de Educação a Distância;

✓ 1977 – na Venezuela, é criada a Fundação da Universidade Nacional Aberta;

✓ 1978 – na Costa Rica, é fundada a Universidade Estadual a Distância;

✓ 1984 – na Holanda, é implantada a Universidade Aberta;

✓ 1985 – é criada a Fundação da Associação Europeia das Escolas por Correspondência; na Índia, é realizada a implantação da Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi;

✓ 1987 – é divulgada a resolução do Parlamento Europeu sobre Universidades Abertas na Comunidade Europeia; é criada a Fundação da Associação Europeia de Universidades de Ensino a Distância;

✓ 1988 – em Portugal, é criada a Fundação da Universidade Aberta;

✓ 1990 – é implantada a rede Europeia de Educação a Distância, baseada na declaração de Budapeste e o relatório da Comissão sobre educação aberta e a distância na Comunidade Europeia.

No momento, é crescente o número de instituições e empresas que desenvolvem programas de treinamento de recursos humanos, através da Educação a Distância (BERNARDO, 2012).

No Brasil, as primeiras iniciativas em educação a distância se deram por meio de cursos por correspondência, o rádio e televisão foram usados como meios de apoio. Em meados dos anos 90, com a disseminação das tecnologias de informação e de comunicação, começam a surgir programas oficiais e formais de EAD incentivados pelas secretarias de educação municipais e estaduais, algumas iniciativas isoladas e outras em parceria com as universidades.

Os acontecimentos descritos a seguir e que marcaram a história da Educação a Distância em nosso país foram organizados a partir do escritos de Rodrigues (2008) e Santos (2004):

✓ 1904 – o Jornal do Brasil registra, na primeira edição da seção de classificados, anúncio que oferece profissionalização por correspondência para datilógrafo;

✓ 1923 – um grupo liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette Pinto criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que oferecia curso de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia. Tinha início assim a Educação a Distância pelo rádio brasileiro;

✓ 1934 – Edgard Roquette Pinto instalou a Rádio Escola Municipal no Rio, projeto para a então Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal. Os estudantes tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas, e também era utilizada correspondência para contato com estudantes;

✓ 1939 – surgimento, em São Paulo, do Instituto Monitor, o primeiro instituto brasileiro a oferecer sistematicamente cursos profissionalizantes a distância por correspondência, na época ainda com o nome Instituto Rádio-Técnico Monitor;

✓ 1941 – surge o Instituto Universal Brasileiro, segundo instituto brasileiro a oferecer também cursos profissionalizantes sistematicamente. Fundado por um ex-sócio do Instituto Monitor, já formou mais de 4 milhões de pessoas e hoje possui cerca de 200 mil alunos; juntaram-se ao Instituto Monitor e ao Instituto Universal Brasileiro outras organizações similares, que foram responsáveis pelo atendimento de milhões de alunos em cursos abertos de iniciação profissionalizante a distância. Algumas dessas instituições atuam até hoje. Ainda no ano de 1941, surge a primeira Universidade do Ar, que durou até 1944.

✓ 1947 – surge a nova Universidade do Ar, patrocinada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas. O objetivo desta era oferecer cursos comerciais radiofônicos. Os alunos estudavam nas apostilas e corrigiam exercícios com o auxílio dos monitores. A experiência

durou até 1961, entretanto a experiência do SENAC com a Educação a Distância continua até hoje;

✓ 1959 – a Diocese de Natal, Rio Grande do Norte, cria algumas escolas radiofônicas, dando origem ao Movimento de Educação de Base (MEB), marco na Educação a Distância não formal no Brasil. O MEB, envolvendo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Governo Federal utilizou-se inicialmente de um sistema rádio educativo para a democratização do acesso à educação, promovendo o letramento de jovens e adultos;

✓ 1962 – é fundada, em São Paulo, a Ocidental School, de origem americana, focada no campo da eletrônica;

✓ 1967 – o Instituto Brasileiro de Administração Municipal inicia suas atividades na área de educação pública, utilizando-se de metodologia de ensino por correspondência. Ainda neste ano, a Fundação Padre Landell de Moura criou seu núcleo de Educação a Distância, com metodologia de ensino por correspondência e via rádio;

✓ 1970 – surge o Projeto Minerva, um convênio entre o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta, cuja meta era a utilização do rádio para a educação e a inclusão social de adultos. O projeto foi mantido até o início da década de 1980;

✓ 1974 – surge o Instituto Padre Reus e na TV Ceará começam os cursos das antigas 5ª à 8ª séries (atuais 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental), com material televisivo, impresso e monitores;

✓ 1976 – é criado o Sistema Nacional de Teleducação, com cursos através de material instrucional;

✓ 1979 – a Universidade de Brasília, pioneira no uso da Educação a Distância, no ensino superior no Brasil, cria cursos veiculados por jornais e revistas, que em 1989 é transformado no Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD) e lançado o Brasil EAD;

✓ 1981 – é fundado o Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER) do Colégio Anglo- Americano que oferecia Ensino Fundamental e Médio à distância. O objetivo do CIER é permitir que crianças, cujas famílias mudem-se temporariamente para o exterior, continuem a estudar pelo sistema educacional brasileiro;

✓ 1983 – o SENAC desenvolveu uma série de programas radiofônicos sobre orientação profissional na área de comércio e serviços, denominada “Abrindo Caminhos”;

✓ 1991 – o programa “Jornal da Educação – Edição do Professor”, concebido e produzido pela Fundação Roquete-Pinto tem início e em 1995 com o nome “Um salto para o

Futuro”, foi incorporado à TV Escola (canal educativo da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação) tornando-se um marco na Educação a Distância nacional. É um programa para a formação continuada e aperfeiçoamento de professores, principalmente do Ensino Fundamental e alunos dos cursos de magistério. Atinge por ano mais de 250 mil docentes em todo o país;

✓ 1992 – é criada a Universidade Aberta de Brasília, acontecimento bastante importante na Educação a Distância do nosso país;

✓ 1995 – é criado o Centro Nacional de Educação a Distância e nesse mesmo ano também a Secretaria Municipal de Educação cria a MultiRio (RJ) que ministra cursos do 6º ao 9º ano, através de programas televisivos e material impresso. Ainda em 1995, foi criado o Programa TV Escola da Secretaria de Educação a Distância do MEC;

✓ 1996 – é criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Ministério da Educação, dentro de uma política que privilegia a democratização e a qualidade da educação brasileira. É neste ano também que a Educação a Distância surge oficialmente no Brasil, sendo as bases legais para essa modalidade de educação, estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, embora somente regulamentada em 20 de dezembro de 2005 pelo Decreto nº 5.622 (BRASIL, 2005) que revogou os Decretos nº 2.494 de 10/02/98, e nº 2.561 de 27/04/98, com normatização definida na Portaria Ministerial nº 4.361 de 2004 (BRASIL, 2012);

✓ 2000 – é formada a UniRede, Rede de Educação Superior a Distância, consórcio que reúne atualmente 70 instituições públicas do Brasil comprometidas na democratização do acesso à educação de qualidade, por meio da Educação a Distância, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Nesse ano, também nasce o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), com a assinatura de um documento que inaugurava a parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, as universidades públicas e as prefeituras do Estado do Rio de Janeiro;

✓ 2002 – o Cederj é incorporado a Fundação Centro de Ciências de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ);

✓ 2004 – vários programas para a formação inicial e continuada de professores da rede pública, por meio da EAD, foram implantados pelo MEC. Entre eles o Proletramento e o Mídias na Educação. Estas ações conflagram na criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil;

✓ 2005 – é criada a Universidade Aberta do Brasil, uma parceria entre o MEC, estados e municípios; integrando cursos, pesquisas e programas de educação superior a distância;

✓ 2006 – entra em vigor o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, incluindo os da modalidade a distância (BRASIL, 2006);

✓ 2007 – entra em vigor o Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, que altera dispositivos do Decreto nº 5.622 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2007b);

✓ 2008 – em São Paulo, uma Lei permite o ensino médio a distância, onde até 20% da carga horária poderá ser não presencial;

✓ 2009 – entra em vigor a Portaria nº 10, de 02 julho de 2009, que fixa critérios para a dispensa de avaliação *in loco* e deu outras providências para a Educação a Distância no Ensino Superior no Brasil (BRASIL, 2009);

✓ 2011 – A Secretaria de Educação a Distância é extinta.

Devido à extinção recente desta secretaria, seus programas e ações passaram a estar vinculados a novas administrações (BRASIL, 2012).

Quanto à modalidade de Educação a Distância, a ESP-CE já vem desenvolvendo cursos de especialização e aperfeiçoamento, para profissionais de nível superior desde 2002. Ano em que foi criado o Núcleo de Educação a Distância – NEAD, através da Resolução Nº. 05/2002 do Conselho de Coordenação Técnico-Administrativo (CONTEC) da ESP-CE. A criação desse núcleo teve como finalidade colaborar na formação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre os projetos desenvolvidos, destacam-se:

✓ Curso de atualização a distância em Estratégias para Redução da Morbi-Mortalidade Infantil – CADERMI, com o objetivo capacitar os profissionais da Atenção Primária à Saúde (médicos e enfermeiros) das equipes de saúde da família e da rede básica de saúde, focalizado na implementação de estratégias de APS, visando à melhoria das práticas de Saúde da Família com ênfase na redução da taxa de mortalidade infantil;

✓ Projeto LIDERNET um projeto baseado em comunidades virtuais de aprendizagem envolvendo um fórum de discussão com participação de moderadores que encorajam a aprendizagem compartilhada; um website, LidernetBrasil.org, oferecendo desenvolvimento profissional permanente, ferramentas de gestão e suporte para ideias e estratégias inovadoras para a melhoria da gestão dos serviços de saúde e um curso de 120 horas baseado na Web, visando à melhoria das funções gerenciais no âmbito da saúde;

✓ Curso de Atualização a distância em Gestão Municipal na área da Saúde visando atualizar os gestores dos Sistemas Locais de Saúde, principalmente nos temas atuais referentes a regulamentação do SUS, instruções normativas e instrumentos de planejamento, controle e avaliação;

✓ Projeto de Inclusão Digital dos Profissionais de Saúde procurando capacitar os servidores da ESP e SESA para utilização dos meios de informática, visando a uma melhoria na prestação dos seus serviços;

✓ Em 2007 com o lançamento do Sistema Rede E-Tec Brasil, que visa a oferta de educação profissional e tecnológica à distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e municípios;

✓ Em 2009 (de agosto a novembro) foi ofertado um Curso de Aperfeiçoamento em Gestão da Assistência Farmacêutica na modalidade a distância com carga horária total de 120 h organizadas através de uma estrutura modular. Projeto em parceria com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) e com o Ministério da Saúde (MS).

Assim é que, por meio de convênio a ESP.CE firmou parceria com o Ministério da Educação, para a realização de dois cursos técnicos, Enfermagem e Saúde Bucal, ofertando respectivamente 200 e 100 vagas diretamente à comunidade, através de edital de seleção. Os cursos possuem carga horária de 1.800 horas, tendo a ESP-CE optado por desenvolvê-lo de forma semipresencial, sendo 50% de carga horária presencial.

Portanto, a ESP-CE selecionou, em Dezembro de 2010, 300 alunos, com o objetivo de formar profissionais técnicos de nível médio, para atuarem na área de saúde bucal e enfermagem, observando o compromisso social e a ética profissional no desempenho de suas funções, a fim de contribuir com a excelência da Atenção a Saúde e melhoria da qualidade de vida da população cearense. Tratou-se, pois, de um passo importante para a democratização do acesso ao ensino técnico público e gratuito para a uma grande parcela da população das periferias urbanas do país. Os cursos técnicos em saúde bucal e enfermagem iniciaram, respectivamente, em Maio e Agosto de 2011.

Outro avanço bastante significativo no campo das novas tecnologias foi a integração da ESP-CE à Rede Metropolitana de Fortaleza (GigaFOR). Criada para integrar instituições de pesquisa, educação profissional e superior, a GigaFOR é uma rede de alta velocidade (2,5 gigabits por segundo) constituída por um anel ótico que irá passar pelas principais instituições públicas.

Na área de Formação e Educação Permanente para o SUS, a ESP-CE realizou um Curso à Distância sobre a Atenção Integral do Idoso com Demência para 60 profissionais e dois de Especialização, sendo um em Farmácia Hospitalar, para 35 participantes e o outro de Especialização em Gestão da Assistência Farmacêutica, para 36, totalizando 131 profissionais de saúde capacitados.

Importante destacar a Implantação do Programa Rede Estadual de Saúde Escola, na qual o sistema de saúde estadual terá um ambiente de ensino-aprendizagem, promovendo um desenvolvimento profissional permanente que viabilize o contínuo aprimoramento de competências nos campos gerencial, social e pessoal, além das habilidades relativas ao campo estritamente técnico-profissional, estabelecendo assim, uma vinculação entre educação e prática profissional. Com a implantação deste Programa a ESP-CE contará com toda a infraestrutura do cinturão digital e a disponibilidade de tecnologias de informação que estão sendo implantados no Ceará, possibilitando a inclusão dos profissionais de saúde que se encontram no interior do Estado, mediante a utilização da Educação à Distância e Implantação do Projeto do Centro de Referência no combate ao crack e outras Drogas.

3.3.2 As Potencialidades e Fragilidades da Educação a Distância.

Apesar do progresso da educação à distância, muitos dos seus principais pontos estratégicos ainda não foram discutidos com a profundidade necessária, e há divergências no tocante as potencialidades e fragilidades dessa modalidade de ensino. A seguir, elencamos alguns desses pontos positivos e alguns pontos negativos no tocante ao uso dessa referida modalidade de ensino.

Pontos positivos:

- Inclusão de pessoas com necessidades especiais: as pessoas que por algum tipo de deficiência física ou mental não podem frequentar instituições de ensino convencionais podem, através da EAD, ter acesso a todas as formas de educação formal e informal.
- Democratização do acesso ao ensino: com o ensino à distância, as pessoas que moram isoladas, afastadas ou ainda aqueles que por algum motivo não podem se deslocar para os distantes locais das instituições de ensino (principalmente ensino superior), podem ter acesso às mesmas, uma vez que a tecnologia possibilita que o acesso ao ensino chegue praticamente a qualquer lugar.
- Maior flexibilidade de horários (versatilidade temporal) para os alunos acessarem a

educação: a EAD possibilita que as pessoas que trabalham e por isso não podem frequentar aulas presenciais nos horários convencionais tenham acesso a estas aulas através de aulas assíncronas ou síncronas em horários alternativos por meio da internet.

- Facilidade de acesso a cursos de graduação e pós-graduação: o EAD permite que pessoas participem de cursos de graduação e pós-graduação oferecidos por instituições de grande reputação acadêmica, sem sair das suas casas no Brasil.

- Alternativa de acesso à informação/conhecimento, ou seja, de inclusão educacional, permitindo inúmeras pessoas a realizarem um tipo de formação em que não há necessidade de espaço definido.

- A EAD também leva o aluno a uma maior disciplina em relação ao estudo, pois, ao contrário do que se pensa, é preciso total dedicação do educando ao fazer um curso à distância.

Pontos Negativos

- Dependência da tecnologia: os cursos fornecidos pela EAD são dependentes da tecnologia para que funcionem, e eventuais problemas nos equipamentos comprometem muito as aulas, principalmente as aulas síncronas.

- Dispersão física dos participantes: por não haver uma presença física do professor e dos alunos na sala de aula os alunos podem não prestar atenção nos conteúdos disponibilizados, não solucionar eventuais dúvidas, ou seja, pode não haver um 100% de aproveitamento da aula.

- Necessidade de maior comprometimento do aluno: um curso fornecido pela EAD necessita de muita dedicação por parte do aluno, uma vez que geralmente são poucas aulas por semana e para compensar a falta de aulas o curso exige uma grande quantidade de trabalhos complexos e discussões, se o aluno não se empenhar ele não absorverá o conteúdo e irá se prejudicar no curso.

- Limitação nas discussões: as limitações nas discussões ocorrem, geralmente, quando não há um professor interagindo o tempo todo com o aluno para orientar as discussões e tirar possíveis dúvidas.

- Custo Financeiro: apesar de algumas instituições de EAD serem públicas, a grande maioria faz parte da rede de ensino particular, fazendo com que a EAD não seja tão acessível assim para boa parte da população brasileira. Talvez, ainda seja um ponto negativo em EAD a demora (em alguns casos) do *feedback* do professor às dúvidas do aluno.

- Resistência por parte de determinado público, que expressa certa descredibilidade quanto ao aspecto da qualidade educacional. Deve-se levar, também, em consideração que cada pessoa

possui seu canal de aprendizagem, ou seja, uns aprendem melhor lendo, outros lendo e escrevendo e outros lendo escrevendo e fazendo. É claro, que por qualquer que seja a sua forma de aprender é possível desenvolver suas habilidades dentro de um curso a distância, o que pode ou não elevar o seu nível de aprendizagem.

- Prestação de serviços que se preocupa mais com o fornecimento de cursos do que com a construção do conhecimento - os chamados *fastfood* em EAD.

- Centralidade de alguns cursos em EAD no material impresso, não se diversificando as mídias interativas e conseqüentemente dificultando o processo de lapidação do conhecimento.

- Falta, em alguns cursos a distância, o trabalho da neurolinguística, com o objetivo de melhorar a aprendizagem e a autonomia do aluno. Mesmo, considerando essas fragilidades apresentadas por essa modalidade de ensino, não se pode deixar destacar que a mesma, devido às reformas educacionais surgidas a partir dos anos noventa, aliado ao reconhecimento da sua importância por organismos internacionais, se tornou mais evidente e ganhou destaque, ao ponto de diversos países passarem a utilizá-la nos processos formativos de todas as áreas profissionais. E como bem lembra Preti (2000), e o desenvolvimento vertiginoso da tecnologia nos mais diferentes campos da vida, têm contribuído enormemente para que a EAD deixasse de ocupar um plano marginal nos sistemas educativos e passasse a ganhar importância política e econômica.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No primeiro contato com o trabalho da docência na Dieps, verificamos os problemas enfrentados por alguns profissionais quando da efetivação de sua prática docente, uma vez que não possuíam uma formação pedagógica. Essas dificuldades, as conversas com colegas, as reuniões periódicas, os relatórios de supervisão, enfim, as percepções e a experiência que acumulamos no decorrer do tempo que estamos nessa diretoria, reforçaram nosso entendimento da necessidade de uma capacitação pedagógica, diferente da que é desenvolvida no momento. Uma capacitação que, fosse mais pontual e menos individualizada, e que fosse de encontro não só aos interesses e necessidade pessoais dos profissionais docentes, mas também da instituição formadora e da demanda do mercado de trabalho.

Assim foi que surgiu o objeto de nossa intervenção e os objetivos que nos dispomos a alcançar com a mesma.

Delimitado nosso objeto e objetivos de intervenção, iniciamos nossos estudos sobre a temática, com o intuito de obtermos não só, marco referencial teórico para fundamentar nossa proposta de intervenção, como também elaborarmos suas etapas e metas, bem como, o orçamento necessário para realizá-las. (acho que tem que reformular a metodologia)

4.1 Cenário da Intervenção

O projeto será desenvolvido junto aos docentes da Diretoria de Educação Profissional da Escola de Saúde Pública do Ceará, localizada na cidade de Fortaleza.

Fortemente influenciada pelo movimento de mudanças no âmbito da saúde então em curso, e com estreita vinculação às necessidades do sistema de saúde, a Escola de Saúde Pública do Ceará, sob a forma de autarquia vinculada à Secretaria da Saúde, foi criada no dia 22 de julho de 1993, pelo então Governador, Ciro Ferreira Gomes, ao sancionar a Lei de Nº 12.140. Tem sua atuação voltada para o ensino e a pesquisa na área da saúde pública. Sua lei de criação lhe confere as seguintes prerrogativas:

- A pesquisa, a informação e a documentação em saúde pública.
- A educação continuada.
- A formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para o SUS Estadual.

A ESP-CE compõe também a Rede das Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), dentre as 37 escolas existentes no país, isto porque, desde a sua criação em 1993, tem como um de seus focos de atenção, a formação de profissionais de nível médio. A primeira experiência nesse processo de formação se deu ainda em 1993, com a realização do Curso de Auxiliar de Enfermagem, direcionado para os trabalhadores da saúde já inseridos no SUS estadual.

Ao longo de sua trajetória, a ESP-CE vem promovendo não somente ações de capacitação e formação de recursos humanos do SUS, como também construindo mecanismos e aberturas para um novo espaço na educação, na gestão, na atenção à saúde e na cultura cearense, para tanto, busca desenvolver uma proposta educacional inovadora e ser um centro de geração de pensamentos e ideias que possam contribuir para a melhoria do sistema de saúde e ter maior visibilidade tanto junto ao governo como pela sociedade.

No campo da participação social, a Escola desenvolveu em parceria com a Fundação W. K. Kellogg, organização não governamental estadunidense, o Projeto Município Saudável, que começou no município de Sobral e estendeu-se para o município de Crateús. O objetivo do projeto era construir novas práticas e um novo ensino em saúde pública no Ceará, incluindo participação social, promoção da saúde, município saudável e desenvolvimento educacional.

Em seu processo de trabalho o CENIC busca articular o desenvolvimento da pesquisa à capacitação do corpo docente da ESP-CE e à consolidação das Diretorias e Centros como espaço de produção e desenvolvimento acadêmico da instituição, no campo do ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, com base na definição do escopo de atuação das áreas programáticas e identificação de problemas/temas que configuram potenciais focos de investigação científica, foram estabelecidas quatro áreas prioritárias de pesquisa: Aspectos Assistenciais e Epidemiológicos da Atenção Primária à Saúde; Organização e Avaliação de Sistema e Serviços de Saúde; Desenvolvimento de Programas e Abordagens Educacionais para os Profissionais de Saúde e Vigilância da Saúde.

É importante ressaltar a parceria de instituições nacionais e internacionais no desenvolvimento desses estudos. Para tanto, a ESP-CE tem concorrido aos diversos editais lançados pelas diversas agências de fomento à pesquisa.

Em 2006, com recurso do PROEP, a ESP-CE desenvolveu o projeto de expansão com a construção do Núcleo de Educação Profissional (NEP). O espaço construído, incluído na estrutura organizacional da ESP-CE, é utilizado para desenvolver projetos e programas da área de Educação Profissional, que tem como missão desenvolver programas de formação técnica dos profissionais de nível médio para as diversas áreas de atenção à saúde e fomentar

a pesquisa em educação profissional conforme a missão da ESP-CE. O NEP ocupa uma área de 1.091 m², com 05 salas de aula, com capacidade para 40 pessoas cada, um laboratório de informática e dois laboratórios de práticas (Patologia e Enfermagem).

O Núcleo da Educação Profissional, atualmente Diretoria de Educação Profissional em Saúde (DIEPS), elaborou propostas para dez cursos técnicos: Técnico em Vigilância em Saúde, Técnico em Radiologia, Técnico em Citopatologia, Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Saúde Bucal, Técnico em Saúde Bucal (à distância), Técnico em Prótese Dentária, Técnico em Enfermagem, Técnico em Enfermagem (à distância) e Técnico de Agente Comunitário de Saúde.

Em 2012, a Diretoria de Educação Profissional em Saúde (DIEPS), formou 2.033 trabalhadores da saúde, mediante a realização de diversos Cursos Técnicos: em Análises Clínicas; Citopatologia; Hemoterapia; Saúde Bucal; Radiologia; Vigilância em Saúde e de Agente Comunitário de Saúde. Assim como Cursos de Aperfeiçoamento: em Rede de Frio e Imunobiológicos; Atenção à Saúde da Mulher no Ciclo Gravídico-Puerperal e do Neonatal (para auxiliares e técnicos da rede de saúde da Macrorregião de Fortaleza); e na prevenção de Agravos e Controle da Saúde do Neonato de Alto Risco para Auxiliares de Enfermagem. E, ainda o Curso de Complementação de Técnico em Enfermagem.

4.2 Sujeitos da Intervenção

Tendo em vista o objetivo deste projeto, a população alvo serão os docentes e supervisores pedagógicos da referida diretoria.

5 PROCEDIMENTOS DA INTERVENÇÃO

Para o desenvolvimento de um projeto de intervenção se faz necessário identificar estratégias e atividades que sejam viáveis e factíveis de forma a garantir o alcance dos objetivos propostos.

As estratégias se referem a um conjunto de intervenções que irão ao encontro com os objetivos do projeto, a fim de contribuir para minimizar, controlar ou eliminar a situação do problema em questão, constituindo a base principal do desenho do projeto (FILATRO, 2008).

Nesse contexto, apresenta-se a seguir as etapas e atividades componentes da proposta de intervenção que ora se delineia. Importa dizer que as etapas foram distribuídas de acordo com os objetivos específicos de atuação.

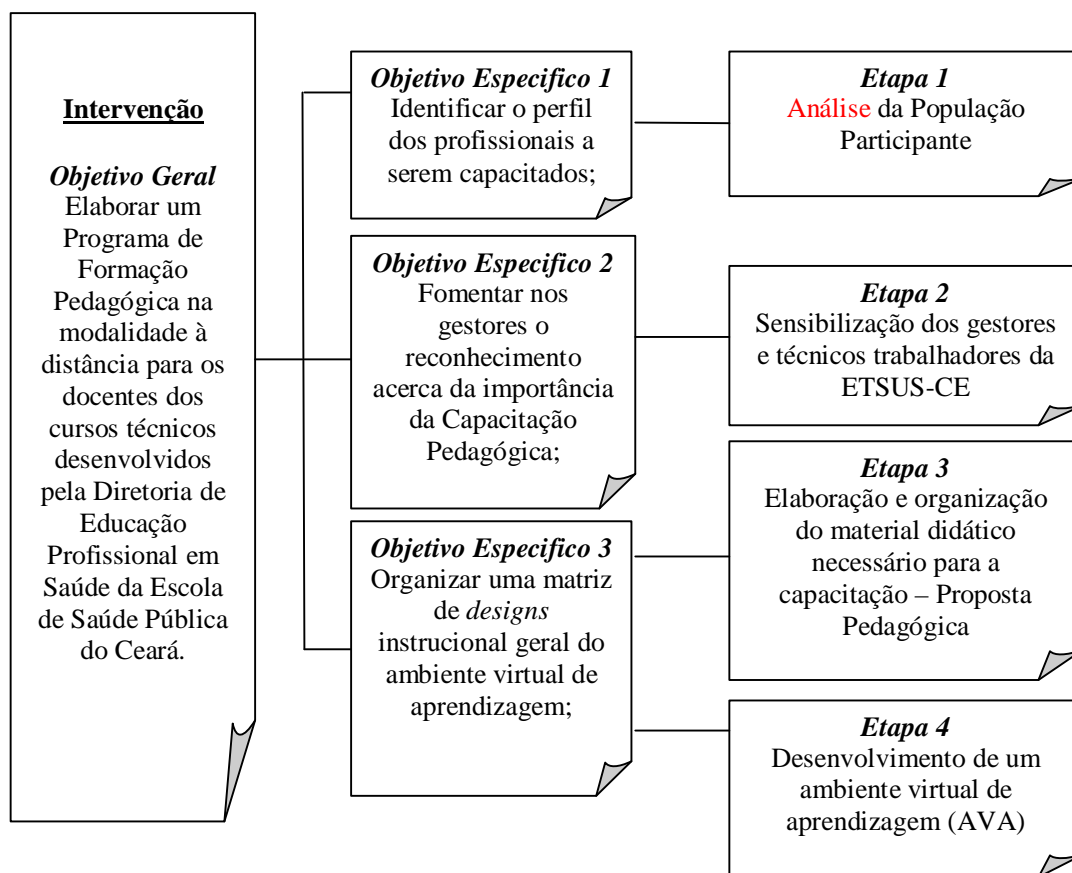


FIGURA 1 – DIAGRAMA COM REPRESENTAÇÃO DOS EIXOS DA INTERVENÇÃO
Fonte: Filatro (2008).

5.1 Etapas da Intervenção

ETAPA 1: Análise dos Sujeitos da Intervenção – é a etapa inicial do desenvolvimento de um sistema de aprendizagem *online* (FILATRO, 2008).

Procedimento da Intervenção (eles são alunos, não são docentes e mesmo que estejam se preparando para docência, eles não são – não conhecem este universo social – não faz sentido).

- ✓ Levantamento do perfil dos alunos (docentes): fluência digital, acessibilidade tecnológica entre outros;
- ✓ Elaboração de relatório com os dados obtidos.
- ✓ Avaliação da ação.

Metas da Intervenção

- ✓ Identificação de 100% dos sujeitos da intervenção por meio de um pequeno censo;
- ✓ Cadastro de 100% dos sujeitos a serem capacitados;
- ✓ Aplicação de questionário e consolidação dos dados obtidos.

Resultados Esperados

- ✓ Identificação do perfil dos profissionais a serem capacitados;

ETAPA 2: Sensibilização dos gestores e técnicos trabalhadores da ETSUS-CE

Procedimentos da Intervenção

- ✓ Organização do Encontro, definindo: conteúdo programático; sequência de atividades; carga horária; descrição das estratégias a serem utilizadas e os recursos (humanos, materiais, didáticos e financeiros) necessários;
- ✓ Avaliação do Encontro;
- ✓ Elaboração de relatório com a análise do encontro;

Metas da Intervenção

- ✓ Explicação do projeto

Resultados Esperados

- ✓ Interação com os profissionais participantes para compartilhamento das intenções, sugestões e propostas, em relação à qualificação profissional dos docentes e, responder a possíveis dúvidas;
- ✓ Aprovação do projeto
- ✓ Definir as responsabilidades dos atores inseridos no processo;
- ✓ Reconhecimentos dos gestores e técnicos de que é viável investir na capacitação dos docentes;
- ✓ Análise da infraestrutura e dos investimentos necessários para realização da capacitação.

ETAPA 3: Elaboração e organização de material didático – Proposta Pedagógica

Procedimentos da Intervenção

- ✓ Análise cuidadosa das propostas educacionais da instituição, tendo como referência os Planos de Cursos; Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar da instituição; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, Diretrizes Curriculares dos Cursos Técnicos;
- ✓ Identificar o conhecimento pedagógico dos docentes a serem capacitados;
- ✓ Levantamento bibliográfico sobre os pressupostos que fundamentarão o processo de ensino aprendizagem;
- ✓ Definição da carga horária total e dos encontros presenciais;
- ✓ Divisão da capacitação em unidades de aprendizagem (sequenciais e complementares);
- ✓ Elaboração dos objetivos educacionais (taxonomia de Bloom);
- ✓ Seleção de textos que comporão o material didático (leitura complementar e obrigatória);
- ✓ Detalhamento das atividades a serem executadas e pontuação de cada uma;
- ✓ Definição, organização e elaboração dos instrumentos de avaliação (aprendizagem e curso);
- ✓ Organização de uma matriz de design instrucional geral do ambiente de aprendizagem para facilitar e orientar o desenvolvimento do conteúdo da capacitação;
- ✓ Elaboração de relatório com os resultados obtidos.

Metas da Intervenção

- ✓ Elaborar e organizar o material educativo a ser utilizado na capacitação pedagógica

Resultados Esperados

- ✓ 100% do material didático elaborado e organizado;

- ✓ Matriz de design instrucional organizada

ETAPA 4: Desenvolvimento de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) – O ambiente *Moodle* foi escolhido em razão de sua disponibilidade no servidor da ESP-CE e por ser um *software* livre pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído sem restrições.

Procedimentos da Intervenção

- ✓ Execução do projeto de design instrucional da capacitação;
- ✓ Configuração das ferramentas e recursos tecnológicos educacionais no ambiente virtual de aprendizagem *moodle* permitindo o acesso ao curso pela internet;
- ✓ Cadastro de alunos (futuros docentes);
- ✓ Cadastro de tutores (professor);
- ✓ Desenvolvimento de tutorial de acesso;
- ✓ Modelagem do curso no ambiente virtual de aprendizagem;
- ✓ Inserção do material didático na plataforma (vídeos institucionais; vídeos tutoriais, textos didáticos e documentação em geral);
- ✓ Escolha das ferramentas disponíveis nos AVA (chat, fórum, Wiki, questionários e outros);
- ✓ Formatação dos instrumentos de avaliação (aprendizagem e curso);
- ✓ Desenvolver Capacitação para os tutores/professores (Vivencia das ferramentas do AVA a serem utilizadas no curso)
- ✓ Pré-teste do ambiente.
- ✓ Avaliação da etapa.

Você ainda não se identificou (Acesso)

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ

ESP Virtual
EDUCANDO SEM FRONTEIRAS

Você ainda não se identificou (Acesso)

Acesso

Nome de usuário:

Senha:

[Perdeu a senha?](#)

Suporte rápido

Firefox Flash Player Reader

SEJA BEM-VINDO À ESP VIRTUAL!

Aqui você tem acesso a ESP Virtual e aos diversos programas oferecidos pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-Ce) na modalidade de educação a distância (EAD).

A ESP-Ce tem investido muito no uso de novas tecnologias educacionais, incluindo a EAD, considerando que o contato com essas novidades do atual mundo tecnológico amplia o horizonte dos educadores, acena com novas possibilidades pedagógicas e democratiza o acesso aos programas de educação permanente.

Reconhece ainda que a modalidade de EAD constitui-se em uma das principais ferramentas que podem contribuir para o desenvolvimento de competências dos profissionais do Sistema Único de Saúde.

O nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem é a plataforma MOODLE®, (acesse aqui o Tutorial sobre o Moodle) um ambiente que atende às principais necessidades dos alunos e docentes e contém diversos espaços, recursos e ferramentas que possibilitam trocas de informação, interações e a construção do conhecimento.

Boa navegação!
A coordenação

Você ainda não se identificou (Acesso)

Metas da Intervenção

- ✓ Desenvolver o AVA;
- ✓ Vivenciar as ferramentas do AVA.

Resultados Esperados

- ✓ 100% do AVA desenvolvido
- ✓ 100% dos Tutores/professores e alunos capacitados.

5.2 Monitoramento e Avaliação

Conforme Janovsky (1995) os resultados de um projeto nunca são uma certeza, mas uma proposta na possibilidade de alcançá-los. Não havendo certezas, é preciso construir meios de verificação que auxiliem a perceber o rumo das mudanças que se consegue produzir.

O monitoramento da execução das atividades apontados no projeto de intervenção deve ser feito continuamente, tomando por base as informações, que devem possibilitar a avaliação qualitativa e quantitativa dessas atividades.

Nesse sentido, é de extrema importância a elaboração de indicadores que possibilite a avaliação do resultado do projeto. Os indicadores são considerados como parâmetros qualificados e/ou quantificados que servem para detalhar em que medida os objetivos do projeto foram alcançados, dentro de um prazo delimitado de tempo e numa localidade específica. (DONABEDIAN, 1994)

O acompanhamento será realizado após cada atividade realizada, onde se discutirá o que vai ser implementado e quais recursos serão necessários para essa implantação, bem como, os resultados que esperamos alcançar.

Quadro 1 – Matriz de Monitoramento das Atividades propostas

ATIVIDADE	INSTRUMENTOS PARA O MONITORAMENTO	RESPONSÁVEL	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
Análise da População Participante	Perfil dos alunos e Relatório da ação.	Coordenação do Projeto	Nº de diagnósticos realizados x 100 Nº de diagnósticos planejados
Encontro para apresentação do projeto para os profissionais da Dieps-ETSUS/CE	Registro da reunião; frequência; programação do encontro; instrumento de avaliação; relatório da ação.		Nº de encontro realizado x100 Nº de encontros planejados
Elaboração e organização do material didático	Portfólio com material educativo; matriz de design instrucional; relatório da ação.		Nº de materiais educativos elaborados x100 Nº de materiais educativos planejados
Desenvolvimento de um ambiente virtual de aprendizagem	Configuração das ferramentas e recursos tecnológicos; cadastro de alunos e tutores; AVA		Nº de capacitações realizadas X 100 Nº de capacitações

(AVA)	modelado; pré teste do ambiente.	planejadas
-------	----------------------------------	------------

Quadro 2: Cronograma de Execução

ATIVIDADES	2013					
	jul	ago	set	out	nov	dez
Análise da População Participante						
Encontro para apresentação do projeto para os profissionais da Dieps-ETSUS/CE						
Elaboração e organização do material didático						
Desenvolvimento de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e execução da capacitação						

Quadro 3: Orçamento

SERVIÇOS	VALOR
Material de Consumo	R\$ 1.000,00
Terceiros – pessoa jurídica	R\$ 1.000,00
TOTAL	R\$ 2.000,00

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre a necessidade de uma capacitação pedagógica menos fragmentada e mais pontual, para os professores da Dieps/CE, nos fez refletir sobre a importância da mesma para o fazer docente e sobre o papel do professor na educação.

Importante ressaltar que esta pesquisa foi concebida a partir de inquietações trazidas da nossa vivência profissional, quando sentimos a necessidade de buscar conhecimentos que nos possibilitasse colaborar para uma capacitação pedagógica que resulte no aperfeiçoamento dos modos de atuação do fazer docente, pois, temos ciência de que independente da área de atuação, os professores necessitam qualificar-se por meio de uma formação continuada e que a construção dos saberes pedagógico influencia o exercício de sua prática.

Enquanto pesquisadora, realizar esta proposta de intervenção nos instigou a definir alguns compromissos de intervenção na realidade, pela convicção da necessidade de quando de sua execução levar os participantes a repensarem e reavaliarem sua prática no que se refere ao objeto do estudo.

Como resultado da nossa intervenção esperamos, além dos objetivos propostos, fortalecer a capacitação como elemento propulsor dos processos de ensino aprendizagem, viabilizando assim a participação sistemática dos docentes e melhorar a pertinência da capacitação pedagógica respondendo aos desafios de um mundo em mudança nos planos regional, nacional e comunitário.

Não poderíamos deixar de registrar aqui o nosso reconhecimento das limitações desta investigação inicial, contudo consideramos que este estudo poderá servir como ponto de partida para novas investigações por profissionais da educação, que propiciem subsídios para avaliações, reflexões e providências em direção a mudanças significativas no meio educacional, tendo como desafio uma formação profissional alinhada a uma prática pedagógica inovadora e transformadora.

REFERÊNCIAS

ALVES, L.; NÓVOA, C. **Educação a distância: uma nova concepção de aprendizagem e interatividade**. São Paulo: Futura, 2003.

ALVES, L. Educação à distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta a Distância**, v. 10, p. 83-92, 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/_brazilian/edicoes/2011/2011_Edicaov10.htm>. Acesso em: 25 de mai. 2013.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

APOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 2006.

BERBEL, N. A. N. **Metodologia da problematização: experiências com questões de ensino superior**. Londrina: EDUEL, 1998.

BERNARDO, V. **Educação a distância: fundamentos e guia metodológico**. Universidade Federal de São Paulo UNIFESP. Disponível em: <<http://www.virtual.epm.br/home/resenha.htm#historico>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

BRASIL. PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação a Distância**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 10, de 02 de julho de 2009**. Diário Oficial. Brasília Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, nº 125, Seção I. p. 17 Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/portaria10_seed.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2012.

BRASIL. **Educação profissional e técnica de nível médio integrada ao ensino médio: Documento Base**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007. Disponível em: <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2013.

BRASIL. **Decreto 6.303 de 12 de dezembro de 2007**. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. 2007b. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007.../2007/decreto/D6303.htm>. Acesso em: 07 fev. 2013.

BRASIL. **Decreto 5.773 de 9 de maio de 2006**. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_...2006/2006/decreto/d5773.htm>. Acesso em: 07 fev. 2013.

BRASIL. **Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2005.

Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004.../2005/decreto/D5622.htm>. Acesso em: 07 fev. 2013.

BRASIL. **Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em:

Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004.../2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 07 fev. 2013.

BRASIL. **Referencial curricular nacional da educação profissional de nível técnico: Área Profissional Saúde**. Brasília: Ministério da Educação, 2000. Disponível em:

<www.portal.mec.gov.br/setec>. Acesso em: 07 fev. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997**. Brasília: Senado Federal, 1997.

Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 07 fev. 2013.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional – LDB. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em:

<portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2013.

CEARÁ. Escola de Saúde Pública do Ceará. **Projeto político pedagógico**. Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2012.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

FILATRO, A. **Design instrucional na prática**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.

FONTANA, R. **Mediação pedagógica na sala de aula**. Campinas: Autores Associados, 2000.

GAUTHIER, C. *et al.* **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. Ijuí: Unijuí, 1998.

GOUVÊA, G.; OLIVEIRA, C. I. **Educação a distância na formação de professores: viabilidades, potencialidades e limites**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vieira e Lent. 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico social dos conteúdos**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

LIMA, M. do S. L. **A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e ação docente**. Fortaleza: Edições Democrático Rocha, 2001.

NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

MORAN, J. M. **O que é educação a distância**. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2012.

MUGNOL, M. A Educação a Distância no Brasil: conceitos e fundamentos. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009.

PEREIRA, L. A. C. **A Formação de professores e a capacitação de trabalhadores da educação profissional e tecnológica**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lic_ept.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

PEREIRA, I. B.; RAMOS, M. N. **Educação profissional em saúde**. Coleção Temas de Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

PRETI, O. Educação a distância e globalização: desafios e tendências. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 79, n. 191, 1998. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/223>>. Acesso em: jan. 2013.

QUEVEDO, M. de. Educação profissional no brasil: formação de cidadãos ou mão de obra para o mercado de trabalho? **Revista de Humanidades, Tecnologia e Cultura**, n. 01, v. 01, dezembro, 2011.

RODRIGUES, R. de C. V. **Ambiente virtual de aprendizagem em reanimação cardiorrespiratória em neonatologia**. Dissertação (Mestrado) São Paulo: Escola de Enfermagem de São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, H. M. dos. **O estágio curricular na formação de professores: diversos olhares**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. São Paulo: Saraiva, 2003.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VASCONCELOS, S. P. G. **Educação a distância: histórico e perspectivas**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiifelin/19.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

WITTACZIK, L. S. Educação profissional no brasil: histórico. **E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 2008. Disponível em: <<http://revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/viewDownloadInterstitial/26/21>>. Acesso em: 08 fev. 2013.